

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2013 PROCESSO Nº 01580.028545/2012-10

Razão Social:	
CNPJ N°	
Endereço:	_
E-mail:	_
Cidade: Estado: Telefone: Fax:	_
Pessoa para contato:	_
Recebemos, através do acesso à página <u>www.ancine.gov.br</u> , nesta instrumento convocatório da licitação acima identificada.	data, cópia do
Local:,, de de 2013 Assinatura	
Assinatura	
Senhor(a) Licitante,	
Objetivando comunicação futura entre a Agência Nacional do Cinempresa, solicitamos a Vossa Senhoria o preenchimento e remessa do recibo do Edital supra, ao Setor de Licitações e Contratos – Pregão, por meio do fax 6378 ou e-mail: marilia.moreira@ancine.gov.br.	de entrega
O não encaminhamento do recibo exime a Pregoeira e Equipe o comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, be quaisquer informações adicionais.	
Rio de Janeiro, de de 2013.	

Marília Moreira Pregoeira



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 010/2013

PROCESSO N.º 01580.028545/2012-10

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002, DECRETO Nº 5450, DE

31 DE MAIO DE 2005.

DATA DE ABERTURA: 03/05/2013

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 11:00h.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

A AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, autarquia federal de natureza especial, instituída pela Medida Provisória 2228-1, de 6 de setembro de 2001, com Escritório Central na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Avenida Graça Aranha, 35 — Centro, mediante a Pregoeira designada pela Portaria n.º 199, de 27 de agosto de 2012, publicada em 28/08/2012, torna público para ciência dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, na data, horário e endereço eletrônico acima indicados, conforme autorização contida no Processo n.º01580.028545/2012-10, em conformidade com o que dispõe a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto nº 5450, de 31 de maio de 2005, e subsidiariamente as normas da Lei n.º 8.666/93 e nas condições previstas neste Edital.

1 OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto o fornecimento e instalação de persianas e películas (tipo insulfilme) para a proteção dos raios solares e da emissão de calor nas janelas dos prédios do Escritório Central da ANCINE – localizado à Av. Graça Aranha, nº35 (RJ) e à Rua Teixeira de Freitas, n.31, do Lapa (RJ2), no Rio de Janeiro, RJ, conforme especificações e quantidades contidas no ANEXO I – Termo de Referência do Edital.

2 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- **2.1** Poderão participar deste Pregão as empresas que:
 - 2.1.1 Estão cientes e concordam com as condições contidas no Edital e seus anexos, e apresentem os documentos nele exigidos, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório de Notas e Ofício competente, ou através de servidor com apresentação dos originais;
 - 2.1.2 Estejam cadastradas e habilitadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF, nos termos do parágrafo 1º, artigo 1º do Decreto 3.722, de 09 de janeiro de 2001, publicado no D.O.U. de 10.01.2001, alterado pelo Decreto nº. 4.485/ 22.11.2004 e o parágrafo 2º, artigo 3º do Decreto nº. 5450/2005, §3º, art.8 da IN/SLTI/MPOG nº02 de 11 de outubro de 2010;



- **2.1.2.1** Caberá à **LICITANTE** interessada em participar do Pregão, na forma Eletrônica, credenciar-se previamente no SICAF perante a Secretária de Logística e Tecnologia da Informação SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio do sítio www.comprasnet.gov.br, conforme §2º, do Art. 3º do Decreto nº 5450/2005;
- **2.1.3** Não estejam sob falência, recuperação judicial e extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, dissoluções ou liquidações;
- **2.1.4** Não estejam reunidas em consórcio, nem sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras;
- 2.1.5 Não tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, ou não tenham sido suspensas de participar de licitações com a ANCINE;
- **2.1.6** Não poderão participar quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no art.9º da lei 8666/93;
- **2.1.7** Atendam as condições contidas nas declarações de Inexistência de Fatos Impeditivos, do Trabalho de Menor de dezoito anos (Lei 9854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4358/2002) e de Elaboração Independente de Proposta, essas declarações serão confirmadas no site do comprasnet.
- **2.1.8** A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa de acesso da **LICITANTE**;
- **2.1.9** Para a participação no Pregão Eletrônico, a **LICITANTE** deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua Proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório;
- **2.1.10** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e Proposta sujeitará a **LICITANTE** às sanções previstas no Decreto nº. 5450/2005:
- 2.1.11 N\u00e3o poder\u00e3o participar LICITANTES em raz\u00e3o de san\u00e7\u00e3o restritiva de direito decorrente de infra\u00e7\u00e3o administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, \u00e8 8\u00f3, inciso V, da Lei n\u00f3 9.605, de 1998;
- 2.1.12 Será permitida a participação de cooperativas, nos termos dos arts. 4º, 5º e 19º, inciso XIV da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2/2008, atendido o disposto no Item 8.1.13.

3 DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio www.comprasnet.gov.br;
- 3.2 As LICITANTES ou seus REPRESENTANTES LEGAIS deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis antes da data de realização do Pregão;



- 3.3 O credenciamento da LICITANTE dependerá do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF, através do Portal de Compras do Governo Federal Comprasnet, no sítio www.comprasnet.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo licitante interessado;
- 3.4 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da LICITANTE ou de seu REPRESENTANTE LEGAL e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;
- O uso da senha de acesso pela LICITANTE é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu REPRESENTANTE, não cabendo ao provedor do sistema ou à ANCINE, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.6 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso;
- 3.7 Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14.12.2006 e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento acrescentar as expressões "Microempresa" ou "Empresa de Pequeno Porte" ou suas respectivas abreviações, "ME" ou "EPP", à sua firma ou denominação, conforme o caso.

4 DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 4.1 A LICITANTE se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua Proposta e Lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu REPRESENTANTE, não cabendo ao provedor do sistema ou à ANCINE, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- 4.2 Incumbirá à LICITANTE acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- 4.3 A participação no Pregão dar-se-á por meio da chave de identificação e da senha de acesso privativa da LICITANTE e subseqüente encaminhamento da Proposta de Preços com valor unitários e totais por item, das 09 horas do dia 19 de abril de 2013 às 11h00 do dia 03 de maio de 2013, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico;
- 4.4 A LICITANTE deverá remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, via internet, a proposta com descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, seus anexos;
 - **4.4.1** Até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, a **LICITANTE** poderá retirar ou substituir a Proposta anteriormente apresentada, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de Recebimento de Proposta;



- **4.5** As Propostas, obrigatoriamente, atenderão aos seguintes requisitos, sob pena de desclassificação:
 - **4.5.1** Declarar, via sistema, que conhece e concorda com todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;
 - **4.5.2** Garantir a Proposta pelo **prazo não inferior a 60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação.
 - **4.5.3 Preço unitário e total**, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o artigo 43, inciso IV, da Lei nº. 8.666/93, em algarismo e por extenso, expresso em moeda corrente nacional (R\$), considerando as quantidades constantes do **ANEXO I** do presente Edital;
 - **4.5.4** Apresentar Planilha de Preços detalhada conforme modelo constante do **ANEXO III**:
 - 4.5.5 Incluir no preço todos os custos e despesas necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, impostos, serviços, materiais, encargos sociais e trabalhistas, seguros, frete, lucro e outros de qualquer natureza. À falta de tal declaração será considerada como inclusa nos preços toda e qualquer despesa;
 - 4.5.6 O prazo para fornecimento e instalação dos materiais será de até 15 (quinze) dias corridos para os serviços de fornecimento e instalação de insulfilmes e até 60 (sessenta) dias corridos para os serviços de fornecimento e instalação de persianas, contados a partir data de assinatura do contrato;
 - **4.5.7** O preço máximo por item admissível será o constante no ANEXO II PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS do Edital;
 - 4.5.8 Tratando-se de licitação composta de mais de um item, fica facultado à LICITANTE cotar todos ou somente 01 (um) item, definidos no objeto deste Edital e seus ANEXOS;
- 4.6 A Proposta de Preços poderá conter o nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente da empresa, para efeito de pagamento;
- **4.7** A apresentação da Proposta implicará plena aceitação, por parte da **LICITANTE**, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;
- **4.8** Será desclassificada a Proposta que não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, for omissa ou apresentar irregularidades insanáveis;
- 4.9 A desclassificação da Proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todas as **LICITANTES**;
- 4.10 A LICITANTE deverá encaminhar sua Proposta de Preços, nos termos do subitem 4.5, com o preço unitário e total do item atualizado em conformidade com os lances eventualmente ofertados, no prazo máximo de 2 horas, via sistema e/ou fax (0XX21)3037-6378, com posterior encaminhamento do original, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar do encerramento da Sessão Pública, para o seguinte



endereço: Avenida Graça Aranha, 35 - térreo - Protocolo Geral - Centro - Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20030-002;

- **4.11 A LICITANTE** Microempresa/ME ou Empresa de Pequeno Porte/EPP deverá informar tal condição no ato do envio da proposta, por intermédio de funcionalidade disponível no sistema, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.
- **4.12** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à conformidade da proposta ou enquadramento da **LICITANTE** na condição de ME e EPP, sujeitará a **LICITANTE** às sanções previstas neste Edital.

5 DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1 A partir das 11:00 horas do dia 03/05/2013, e em conformidade com o subitem 4.3 deste Edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico nº. 010/2013, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances, conforme disposições editalícias.

6 DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 6.1 Classificadas as Propostas, a Pregoeira dará início à fase competitiva, quando então todas as LICITANTES poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;
- 6.2 Os lances serão ofertados pelo VALOR TOTAL POR ITEM.
- 6.3 As LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para a abertura da sessão e as regras de aceitação dos mesmos estabelecidas neste Edital;
- 6.4 A LICITANTE somente poderá oferecer lance inferior ao seu último lance ofertado, mesmo que este seja superior ao menor lance registrado no sistema;
- 6.5 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 6.6 Durante o transcurso da sessão pública, as **LICITANTES** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais **LICITANTES**, vedada à identificação do detentor do lance;
 - **6.6.1** As **LICITANTES** poderão dar lances superiores ao menor preço ofertado com a finalidade de ter um preço competitivo na hipótese de um ou mais licitante ser inabilitado, conforme previsto no item 7.3.
- 6.7 Caso o **LICITANTE** não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas;



- 6.8 No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às **LICITANTES** para a recepção dos lances;
 - **6.8.1** A Pregoeira, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;
 - **6.8.2** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação da Pregoeira aos participantes, no Endereço Eletrônico utilizado para divulgação;
- 6.9 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão da Pregoeira, mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo Sistema Eletrônico às LICITANTES, após o que transcorrerá período de tempo de 01 até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo Sistema Eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;
- 6.10 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, a LICITANTE detentora do menor preço deverá comprovar, no prazo máximo de 2 (duas) horas, sua habilitação regular para o presente Pregão, mediante a apresentação da documentação mencionada no item 8 deste Edital, através do envio via fax (0XX21)3037-6378, com posterior encaminhamento do original, ou cópia autenticada, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, para o seguinte endereço: Avenida Graça Aranha, 35 térreo Protocolo Geral Centro Rio de Janeiro RJ CEP: 20030-002.
- 6.11 O não-encaminhamento, no prazo fixado, da documentação original ou autenticada, implicará inabilitação da LICITANTE e a sujeitará às sanções previstas no subitem 12.1 do ANEXO V Minuta do Contrato.

7 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DA HABILITAÇÃO

- **7.1** O julgamento obedecerá ao critério de **MENOR PREÇO POR ITEM** para o objeto deste Edital:
- 7.2 Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro julgará as propostas de MENOR PREÇO POR ITEM e poderá encaminhar contraproposta diretamente à LICITANTE que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação, e após a verificação da Habilitação da LICITANTE conforme disposições do Edital;
 - **7.2.1** A negociação será realizada por meio de sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais **LICITANTES**;
 - **7.2.2** Ocorrendo empate, será assegurada preferência de contratação para as **microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos da Lei Complementar nº. 123/2006, da seguinte forma:
 - a) Entende-se por **empate** aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço;



- b) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- c) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese da alínea "a", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- d) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido na alínea "a", será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- e) Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 7.2.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame:
- f) O disposto no subitem 7.2.2 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;
- **g)** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 7.3 Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se a **LICITANTE** desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a Proposta ou o lance subseqüente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua Habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma Proposta ou lance que atenda ao Edital. Nesta hipótese, a Pregoeira, por meio Eletrônico, poderá ainda negociar com a **LICITANTE** para obter preço melhor;
- 7.4 Para efeito de aceitabilidade da menor proposta ou menor lance, considera-se manifestamente inexequível, aquele que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos decorrentes da contratação;
- 7.5 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuados diligências, na forma do §3º do art. 43 da Lei 8666/93, e §3º do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº02/08;
- 7.6 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação de eventual empate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº123/2006, seguindo-se os critérios estabelecidos neste Edital;
- **7.7** Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, a **LICITANTE** será declarada **VENCEDORA**;
- 7.8 No julgamento da Habilitação e das Propostas, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das Propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de Habilitação e Classificação;
- **7.9** A Ata da Sessão será disponibilizada na Internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da Sessão Pública.



8 DA HABILITAÇÃO

- 8.1 A Habilitação da LICITANTE VENCEDORA será verificado "on-line" no Sistema Integrado de Cadastramento Unificado SICAF, onde será comprovado a HABILITAÇÃO PARCIAL (Receita Federal, Divida Ativa da União, FGTS, INSS, Balanço Patrimonial, Receita Estadual e Receita Municipal), após a análise e julgamento das Propostas, devendo, ainda, apresentar os seguintes documentos:
 - **8.1.1** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores:
 - 8.1.2 Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a LICITANTE VENCEDORA já executou serviço de característica semelhante e compatível com o objeto ora licitado:
 - 8.1.1.1 A capacidade técnica da LICITANTE deverá ser comprovada através de atestados expedidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em papel timbrado do emissor, constando o endereço de prestação dos serviços para permitir diligência, caso necessário, comprovando o desempenho da empresa LICITANTE em fornecimento pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação;
 - **8.1.3** Comprovação da boa situação financeira da **LICITANTE**, aferida com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e liquidez Corrente (LC) maiores que um (>1), analisada automaticamente pelo SICAF;
 - **8.1.3.1** As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a um em qualquer dos índices referidos no **subitem 8.1.3** deverão comprovar o capital mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor da contratação, de acordo com os parágrafos 2º e 3º, do artigo 31, da Lei nº. 8.666/93;
 - **8.1.4** O valor limite global estimado para a presente contratação é de R\$147.076,00 (cento e quarenta e sete mil e setenta e seis reais) e o LIMITE POR ITENS SÃO OS VALORES CONTANTES DO ANEXO II DESTE EDITAL.
 - 8.1.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) da LICITANTE, emitida pela Justiça do Trabalho, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.
 - 8.1.6 Certidão emitida pela Junta Comercial comprovando a qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso.
 - 8.1.7 Atestado de Vistoria Facultativa ANEXO I -A do Termo de Referência, fornecido pela ANCINE.
 - 8.1.7.1 Na Visita Técnica, as LICITANTES tomarão conhecimento dos locais de execução dos serviços e deverão dirimir todas as dúvidas quanto à interpretação das especificações técnicas, bem como das possíveis



dificuldades ou obstáculos para o bom desempenho das atividades inerentes ao objeto, não cabendo alegações, dúvidas ou reclamações posteriores;

- **8.1.7.2** A Visita Técnica deverá ser agendada junto à GAD/Serviços Gerais da **ANCINE**, através dos telefones (21) 3037-6060 ou 3037-6059 nos dias úteis, no horário de 10 às 16 horas, devendo a mesma ser realizada até o último dia útil anterior a data de abertura da licitação;
- 8.1.7.3 Ao término da visita técnica, a empresa concorrente deverá receber o "Atestado de Vistoria" assinado e datado em duas vias pelos responsáveis de ambas as partes, onde expressará estar ciente e de acordo com todas as especificações técnicas, bem como a quantidade e tipo de material e mão-de-obra a empregar; tendo ainda dirimido todas as dúvidas quanto às interpretações do Termo de Referência. O Atestado de Vistoria deverá ser anexado ao envelope de documentação das empresas licitantes.
- **8.1.7.4** Por ocasião da Vistoria serão entregues as Licitantes as Plantas arquitetônicas do Escritório Central RJ (Av. Graça Aranha, nº35) e RJ2 (Av. Teixeira de Freitas, nº 31), cópias em AutoCAD, escala 1/125, versão 2009.
- 8.1.7.5 As Licitantes que optarem por não realizar a vistoria facultativa deverão apresentar DECLARAÇÃO FORMAL assinada por responsável designado pela empresa, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridade inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras, podendo solicitar as Plantas Arquitetônicas.
- **8.1.8** Declarações a serem enviadas via sistema:
 - 8.1.8.1 Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame;
 - 8.1.8.2 Declaração de que a empresa cumpre o disposto no Inciso XXXIII do art 7º da Constituição Federal e no Inciso XVIII do art. 78 da Lei 8.666/1993, conforme o art. 14, Inciso VI, do Decreto nº 5.450/2005; e,
 - **8.1.8.3 Declaração de Elaboração Independente de Proposta,** conforme estabelecida na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº2/2009, publicada no DOU de 17/09/2009.
- **8.1.9** As **COOPERATIVAS** deverão apresentar os seguintes documentos, na fase da habilitação, nos termos do § 3º do art. 19 da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2/2008:
 - **8.1.9.1** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição;



- **8.1.9.2** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual DRSCI de cada um dos cooperados relacionados;
- **8.1.9.3** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- **8.1.9.4** O registro previsto na Lei 5.764, art. 107;
- **8.1.9.5** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- **8.1.9.6** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembléia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembléia que os aprovou;
- d) editais de convocação das três últimas assembléias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembléias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação
- 8.2 Os documentos necessários à Habilitação poderão ser apresentados em original, ou em cópia autenticada por Cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhados dos originais, para conferência do Pregoeiro:
 - **8.2.1** Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;
- 8.3 Fica esclarecido que a comprovação da condição de inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), exigência prevista no inciso I, do artigo 29, da Lei n.º 8.666/93, será feita pelo Pregoeiro, mediante consulta à página da Secretaria da Receita Federal SRF na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br, no serviço de "Emissão de Comprovante de Inscrição e Situação Regular", em cumprimento ao disposto no artigo 21 da Instrução Normativa SRF n.º 568/2005. Procedida à consulta na própria sessão, os comprovantes da condição de inscrito no CNPJ serão impressos e juntados à documentação de habilitação da LICITANTE;
- 8.4 A comprovação de regularidade fiscal das **microempresas e empresas de pequeno porte** somente será exigida para efeito de assinatura do Contrato, em conformidade com o disposto no art.42 da Lei Complementar nº. 123/2006;
- As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (LC 123/06, art.43);
 - **8.5.1** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **2 (dois) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá



ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da **ANCINE**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

- **8.5.2** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no **subitem 8.5.1**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no <u>art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993</u>, sendo facultado à **ANCINE** convocar **AS LICITANTES REMANESCENTES**, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação;
- **8.6** Para fins de habilitação, a verificação pelo Pregoeiro nos sítios oficiais de órgão e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova;
- 8.7 As LICITANTES que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a Habilitação na presente licitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas;
- 8.8 Caso o pregoeiro não logre êxito na consulta no Sistema Integrado de Cadastramento Unificado SICAF, ou caso o **LICITANTE** inscrito no SICAF, cuja documentação relativa à regularidade fiscal, trabalhista, e qualificações econômico-financeira vencida, deverá o pregoeiro convocar o **LICITANTE** a encaminhar, no prazo de 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento deste Edital, sob pena de inabilitação, conforme disposto na IN 05/2012/SLTI/MP.

9 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- **9.1** Até **02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica;
- **9.2** Caberá à Pregoeira decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas:
- **9.3** Acolhida à impugnação contra o ato convocatório será designada nova data para a realização do certame;
- 9.4 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados à Pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão, exclusivamente, por meio eletrônico via internet, no e-mail marília.moreira@ancine.gov.br.

10 DOS RECURSOS

- 10.1 Declarada a VENCEDORA, qualquer LICITANTE poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente;
- 10.2 A falta de manifestação imediata e motivada da LICITANTE quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 10.1 deste Edital, importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pela Pregoeira à LICITANTE VENCEDORA;



- 10.3 É assegurada às LICITANTES vista imediata dos atos do Pregão, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contra-razões, observados os prazos legais pertinentes;
- 10.4 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
- 10.5 Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados em desacordo com o disposto no subitem 10.1;
- 10.6 Os autos do Processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na SGI/GA/Setor de Licitações e Contratos, situada na Rua Teixeira de Freitas, 31 2º andar Lapa Rio de Janeiro RJ. Fone (0XX21)3037-6377 e 3037-6378.

11 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- **11.1** A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pela Pregoeira sempre que não houver recurso;
- 11.2 A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser efetivada depois da adjudicação do objeto à LICITANTE VENCEDORA pela Pregoeira, ou, caso haja recurso, pela própria autoridade competente;

12 DO CONTRATO

- Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas será firmado Contrato entre a LICITANTE VENCEDORA e a ANCINE, de acordo com a legislação vigente, com vigência de 4 (quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura, conforme minuta constante no ANEXO V, a qual será adaptada à proposta da LICITANTE VENCEDORA;
- 12.2 A ANCINE convocará a LICITANTE VENCEDORA, para assinar o Contrato e retirar a Nota de Empenho, a qual terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação para comparecer à Administração, sob pena de decair do direito à contratação;
- 12.3 Antes da assinatura do Contrato, a **ANCINE** realizará consulta ao **CADIN** Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, conforme dispõe o art. 6º, Inciso III da Lei nº 10.522, de 17 de julho de 2002;
- É facultado à ANCINE, quando a convocada não assinar o Termo de Contrato no prazo e condições estabelecidos, ou não apresentar situação regular perante o SICAF, convocar as LICITANTES remanescentes, em ordem de classificação, e assim sucessivamente, para celebrar o Contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis. Nesta hipótese, a Pregoeira poderá ainda negociar com a LICITANTE para obter preço melhor;
- 12.5 O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela ANCINE.



13 DO PREÇO

13.1 O valor total do fornecimento e instalação das persianas e películas (insulfilme) é de R\$.....,........................),estando nele incluídas todas as despesas necessárias à sua perfeita execução.

14. DO REAJUSTAMENTO

14.1 Os preços serão fixos e irreajustáveis.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas decorrentes da execução do presente Edital correrão à conta da Dotação Orçamentária da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, para o exercício Programa seguinte classificação: Trabalho: de 2013. na de 13.122.2107.2000.0001 -Administração dea Unidade - Nacional, Elementos de Despesa 3.3.90.30.39, Fonte 0100, PI____; Nota de Empenho:; Valor: R\$.....,

16 DO PAGAMENTO

- **16.1** O preço será o ofertado pela **LICITANTE** declarada **VENCEDORA** do certame.
- O prazo de pagamento, contado a partir do recebimento definitivo dos serviços, não será superior a 5 (cinco) dias úteis, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, em 2 (duas) vias, discriminando os bens móveis, atestada por servidor devidamente designada pela ANCINE, conforme disposto no art. 67 e 73 da Lei n.º 8.666/93, e nas condições estipuladas na Cláusula Nona da Minuta de Contrato constante do ANEXO V deste Edital.

17 DAS OBRIGAÇÕES DA ANCINE

17.1 As obrigações estão dispostas na **Cláusula Terceira** da Minuta de Contrato constante do **ANEXO V** deste Edital.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

18.1 As obrigações estão dispostas na **Cláusula Quarta** da Minuta de Contrato constante do **ANEXO V** deste Edital.

19 DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

19.1 A fiscalização será exercida nos termos do artigo 67, da Lei nº 8.666/93 e em conformidade com a Cláusula Quinta da Minuta de Contrato constante do ANEXO V deste Edital



20 DO RECEBIMENTO DO MATERIAL E LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

20.1 O recebimento do objeto da licitação se dará conforme o disposto no artigo 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei nº. 8.666/93, e conforme **Cláusula Sexta** da Minuta de Contrato constante do **Anexo V** deste Edital.

21 DO PRAZO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

21.1 Os serviços deverão ser executados em até 15 (quinze) dias corridos para os serviços de fornecimento e instalação de insulfilmes e até 60 (sessenta) dias corridos para os serviços de fornecimento e instalação de persianas contados a partir da data de assinatura do contrato pela **LICITANTE VENCEDORA**.

22 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 A LICITANTE VENCEDORA que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e de contratar com a União, e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda da Minuta de Contrato constante do ANEXO V deste Edital e das demais cominações legais;

23. DAS ALTERAÇÕES

- **23.1** Esta Contratação poderá ser alterada, nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 23.2 É facultado à CONTRATANTE promover a redução ou acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato. No caso de supressões este percentual poderá exceder tal limite, desde que celebrado acordo entre as CONTRATANTES.

24 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 24.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subseqüente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário;
- 24.2 A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo por razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, devendo



anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado:

- **24.2.1** A anulação do procedimento licitatório induz à do Contrato;
- 24.3 As LICITANTES não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da LICITANTE VENCEDORA de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato;
- **24.4** Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da Proposta;
- **24.5** É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da sessão pública;
- 24.6 As LICITANTES são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;
- 24.7 A ANCINE poderá acrescentar ou suprimir em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato, mantidas as mesmas condições estipuladas no presente Edital, sem que caiba à LICITANTE VENCEDORA qualquer reclamação;
 - **24.7.1** É facultada a supressão além do limite acima estabelecido mediante acordo entre as partes;
- **24.8** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

I	Termo de Referência – Especificação dos Materiais;
I-A	Atestado de Vistoria
II	Planilha de Composição de Custos
Ш	Planilha de Preços
IV	Modelo de Proposta Comercial
V	Minuta de Contrato

- **24.9** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais;
- 24.10 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da LICITANTE, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua Proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão;
- **24.11** Para fins de aplicação da sanção administrativa constante do **subitem 22.1** do presente Edital, o lance é considerado Proposta;
- 24.12 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação:



- **24.13** É permitido a qualquer **LICITANTE** o conhecimento do processo licitatório e, a qualquer interessada, a obtenção de cópia autenticada, mediante o pagamento do custo de reprodução gráfica do texto do Edital;
- 24.14 As PARTICIPANTES deste Pregão Eletrônico têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido no Decreto 5450/05, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio de Internet;
- 24.15 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus anexos deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, através do endereço eletrônico marilia.moreira@ancine.gov.br. As solicitações de esclarecimento serão respondidas somente por escrito, via Internet;
- **24.16** A cópia do texto integral deste Edital está disponível, para consulta por parte dos interessados, no Protocolo Geral **ANCINE**, situado na Avenida Graça Aranha, 35 Térreo Centro Rio de Janeiro/RJ CEP: 20030-002, no horário de 9 às 12:00 e de 14:00 às 18:00 horas e no site www.comprasnet.gov.br.
- 24.17 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;
- **24.18** Aos casos omissos aplicar-se-á as demais disposições constantes da legislação vigente;
- **24.19** O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem dos procedimentos licitatórios, será o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro/RJ.

Rio de Janeiro,	de	de 2013
M	arília Moreira	
	Pregoeira	



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2013 PROCESSO 01580.028545/2012-10

1. DO OBJETO

Serviços especializados de fornecimento e instalação de persianas e películas (tipo insulfilme) para a proteção dos raios solares e da emissão de calor nas janelas dos prédios do Escritório Central da ANCINE – localizado à Av. Graça Aranha, nº35 (RJ) e à Rua Teixeira de Freitas, n.31, do Lapa (RJ2), no Rio de Janeiro, RJ.

2. DA JUSTIFICATIVA

Os referidos serviços de instalação de persianas e insulfilmes nas janelas do Escritório da ANCINE decorre do conjunto de ações relativas à adequação das instalações, recentemente alugada, do Escritório da Agência à Rua Teixeira de Freitas nº 31, e da recomposição das instalações do Escritório à Av. Graça Aranha, para o bloqueio da incidência de raios solares nas áreas funcionais daquelas áreas.

3. DO OBJETIVO

Propiciar às instalações da ANCINE o efetivo conforto térmico nas áreas funcionais do prédios do Escritório Central da Agência.

4. INTEGRAM ESTE TERMO DE REFERÊNCIA

- 4.1. ANEXO I Atestado de Vistoria Facultativa;
- 4.2. ANEXO II* Plantas arquitetônicas do Escritório Central RJ (Av. Graça Aranha, nº35) e RJ2 (Av. Teixeira de Freitas, nº 31), cópias em AutoCAD, escala 1/125, versão 2009, entregues por ocasião da vistoria;
- 4.2. ANEXO III* Quadro demonstrativo do quantitativo de persianas e insulfilme para o Escritório Central RJ (Av. Graça Aranha, nº35) e RJ2 (Av. Teixeira de Freitas, nº 31), entregues por ocasião da vistoria.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO



- 5.1 Fornecimento e aplicação de película de controle solar, tipo insulfilme, na cor grafite (filme com bloqueio de raios G5), nas janelas dos Escritórios da ANCINE, a saber:
 - Quantidade: 480m² (quatrocentos e oitenta metros quadrados)
- 5.2 Fornecimento e instalação de persianas verticais, em lâminas de PVC, 90mm de largura, texturizada, modelo Linha decorada na cor TAURIS, ou similar, a escolher mediante apresentação de catálogo. Acionamento standart: comandos deslizantes em nylon reforçado para o controle do recolhimento das lâminas e corrente para o controle da luminosidade, controle de abertura e fechamento das lâminas.

CARACTERÍSTICAS	PVC
Largura da lâmina	89mm
Distância entre as lâminas abertas	70,5 a 75,5mm
Sobreposição entre lâminas	13,5 a 18,5mm
Trilho superior em alumínio: altura	25mm
Trilho superior em alumínio: profundidade	43mm
Acabamento inferior	corrente metálica em aço inox

O projeto de instalação deverá contemplar o fornecimento de trilhos em alumínio e recortes para o perfeito ajuste e funcionamento nas janelas quando necessário.

 Quantidade: 240 persianas totalizando 1.320m² (hum mil trezentos e vinte metros quadrados)

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: O fornecimento de cada demanda será efetuado mediante medição das janelas pelo técnico da empresa vencedora e validação do Gestor de contrato da ANCINE.

6. DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS

ITEM QUANT.	CUSTOS		
	QUANT.	UNITÁRIO	TOTAL
1 INSULFILME	480 m²		
2 PERSIANAS	1.320 m²		
VALOR TOTAL DO GRUPO			

7. DA QUANTIDADE



As quantidades de serviços estabelecidas para o cálculo do valor global do contrato são estimadas, visto que é de responsabilidade da contratada, a conferência, por ocasião da demanda.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 8.1 A empresa contratada se responsabilizará pela preparação de toda a infra-estrutura necessária para a instalação das persianas;
- 8.2 Quando necessário, o serviço poderá ser realizado, por força de continuidade dos serviços, em horários noturnos e finais de semana.
- 8.3 Os serviços realizados pela empresa em horário diferenciado do comercial deverá ser formalizado com antecedência de 24 horas em documento formal da empresa contendo nome e RG dos trabalhadores.
- 8.4 Todos os materiais utilizados deverão ser novos e apresentar qualidade compatível com o serviço a que se destinam.
- 8.5 Após a conclusão total dos serviços deverão ser retirados todos os entulhos e efetuada a limpeza geral das instalações.

9. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 9.1 Os serviços serão executados nas instalações do Escritório Central da ANCINE localizado à Av. Graça Aranha, nº35 (RJ) e à Rua Teixeira de Freitas, n.31, do Lapa (RJ2), no Rio de Janeiro, RJ.
- 9.2 A realização dos serviços será acompanhada e fiscalizada por um representante da ANCINE especialmente designado.
- 9.3 A Fiscalização será exercida no interesse da ANCINE e não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade da ANCINE ou de seus agentes e prepostos (arts 69 e 70 da Lei 8.666/93).
- 9.4 A ANCINE se reserva o direito de rejeitar o serviço executado, se em desacordo com os termos deste Termo de Referência.



9.5 Quaisquer exigências da Fiscalização inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a ANCINE.

10. DO PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS

A entrega dos serviços deverá ser concluída, a partir da data de assinatura do contrato, em:

- 10.1.1 Até 15 (quinze) dias corridos para os serviços de fornecimento e instalação de insulfilmes e
- 10.1.2 Até 60 (sessenta) dias corridos para os serviços de fornecimento e instalação de persianas.

11. DO REGIME DA EXECUÇÃO

Execução indireta, de acordo com as solicitações da ANCINE.

12. DA VIGÊNCIA

O período da vigência do contrato será de 4 (quatro) meses.

13. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Os serviços recebidos serão objeto de inspeção pela ANCINE, e contemplará as seguintes fases:

- 13.1 ACEITE PROVISÓRIO no ato do recebimento;
- 13.2 Comprovação de que os materiais/ serviços executados atendem às especificações mínimas exigidas neste Projeto e apresentadas na proposta comercial da Contratada;
- 13.2 ACEITE DEFINITIVO após a verificação do quantitativo e da qualidade dos materiais/ serviços.

14. DA GARANTIA DOS MATERIAIS

A contratada deverá apresentar garantia dos materiais/serviços pelo prazo mínimo de 3 (três) anos.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1 Respeitar as normas e procedimentos de controle e de acesso às dependências da ANCINE.



- 15.2 Responder por quaisquer danos causados diretamente aos equipamentos ou a outros bens de propriedade da ANCINE, quando esses tenham sido ocasionados por seus funcionários durante a entrega do material.
- 15.3 Fornecer os materiais dentro das especificações exigidas e constantes da proposta de preços apresentada no prazo preestabelecido e no local indicado pela ANCINE.
- 15.4 Retirar, substituir e transportar, por conta própria, todo ou em parte, o objeto contratado que vier a apresentar defeito ou ser rejeitado, sem ônus para ANCINE, no prazo máximo de 48 horas, contados do recebimento da notificação que lhe será entreque.
- 15.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pela ANCINE.
- 15.6 Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os bens, bem como eventual custo de frete na entrega.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 16.1 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais fornecidos em desacordo com as especificações deste Termo de Referência.
- 16.2 Comunicar à CONTRATADA, qualquer irregularidade no fornecimento dos materiais.
- 16.3 Solicitar a substituição de material que apresentar defeito durante a utilização.
- 16.4 Efetuar o pagamento em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento definitivo pela área responsável condicionado à consulta prévia ao SICAF, ou mediante a apresentação da documentação obrigatória (Receita Federal, Dívida Ativa da União, FGTS e INSS) devidamente atualizadas, com resultado favorável.

17. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 17.1 Nos termos do Anexo V da Instrução Normativa STLI/MPOG nº 2, de 30/04/2008, e da Instrução Normativa STLI/MPOG nº1, de 19/01/2010, a CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços tais como:
 - a) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas;



Em _____

- b) Substituir, sempre que possível, as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Usar produtos de limpeza que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.
- 17.2 Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das substâncias que destroem a camada de ozônio SDO, abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

18. A RESPONSABILIDADE PELO TERMO DE REFERÊNCIA

Este Termo de Referência foi elaborado pela servidora abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais e profissionais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis sendo objeto de exame e, no caso de concordância, aprovação pela Secretária de Gestão Interna da ANCINE.

De acordo.
Considerando-se que a especificação do objeto e demais condições descritas atendem
integralmente a necessidade desta Agência, encaminhe-se para a área responsável pela
pesquisa de mercado e demais providências.
Em



ANEXO I -A PROCESSO Nº. 01580.028545/2012-10

ATESTADO DE VISTORIA

Declaramos, em atendimento ao previsto no Termo de Referência, do processo supracitado,
que, por intermédio do(a) Sr(a),
portador(a) do CPF(MF) $$ $$ $$ $$ $$ $$ $$ $$ $$ $$
empresa, foram
vistoriados os locais que serão objeto dos serviços e que somos detentores de todas as
informações relativas à sua elaboração.
Declaramos, ainda, que não alegaremos posteriormente o desconhecimento de fatos
evidentes à época da vistoria para solicitar qualquer alteração do valor do contrato que
viermos a celebrar, caso a nossa empresa seja a vencedora.
Endereço:
Telefone:
<u></u>
Fax:
E-mail (se
houver):
LOCAL FIDATA

ASSINATURA E CARIMBO DO PROFISSIONAL (REPRESENTANTE CREDENCIADO)



ANEXO II PREGÃO ELETRÔNICO N° 010/2013 PROCESSO 01580.028545/2012-10

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS

ITEM	QUANT.	CUSTOS	
		UNITÁRIO	TOTAL
1 INSULFILME	480 m²	R\$ 66,33	R\$ 31.840,00
2 PERSIANAS	1.320 m²	R\$ 87,30	R\$ 115.236,00
	VALOR TOTAL		R\$ 147.076,00

OBS: PREÇOS UNITÁRIOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS POR ITEM.



ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO N° 010/2013 PROCESSO 01580.028545/2012-10

PLANILHA DE PREÇOS

	QUANT.	CUSTOS	
ITEM		UNITÁRIO	TOTAL
1 INSULFILME	480 m²		
2 PERSIANAS	1.320 m²		
VALOR TOTAL			



AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA – ANCINE

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2013 PROCESSO 01580.028545/2012-10

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(em papel timbrado da **LICITANTE**)

Rio de Janeiro, _____de _____de 2013.

Att.: Pregoeira Av. Graça Aranha Rio de Janeiro - R	
Ref.: Pregão n.º (010/2013-ANCINE
Prezados Senhore	es,
tem por objeto o f proteção dos raio Central da ANCINI n.31, do Lapa (F contidas no ANEX a) Conc seus acord acom	à convocação feita pelo Edital de Pregão Eletrônico n°010/2013 , que ornecimento e instalação de persianas e películas (tipo insulfilme) para a s solares e da emissão de calor nas janelas dos prédios do Escritório E – localizado à Av. Graça Aranha, nº35 (RJ) e à Rua Teixeira de Freitas, RJ2), no Rio de Janeiro, RJ, conforme especificações e quantidades O I – Termo de Referência do Edital, declarando expressamente, que: ordamos, sem qualquer restrição, com as condições indicadas no Edital e anexos, comprometendo-nos a fornecer os materiais rigorosamente de lo com o estabelecido no ANEXO I – Termo de Referência que apanha o Edital desta licitação; unicaremos a ANCINE a eventual superveniência de fato que implique em
altera	ıção da habilitação e qualificação desta firma;
d) Decla quais	aramos que conhecemos a legislação de regência desta licitação; aramos, também, que nenhum direito à indenização ou a reembolso de quer despesas nos será devido, caso nossa Proposta não seja aceita ANCINE, seja qual for o motivo;
estab não c ANCI	esente proposta é válida por 60 (sessenta) dias, a contar da data elecida para a sua abertura. Se, por motivo de força maior, a adjudicação ocorrer dentro do período de validade e, caso persista o interesse da NE , esta poderá solicitar a prorrogação geral da validade acima referida;
	valor global desta Proposta é de R\$), que serão pagos eladamente de acordo com o quantitativo de material solicitado.
	pagamento deverá ser creditados à Conta-Corrente n.º,Agência;
h) O pr assin	rocurador da empresa, cujo C.N.P.J./MF é, que ará o Contrato, é o(a) Sr.(a), CPF n.º
	(Assinatura do Representante Legal/Procurador) Nome: Cargo:



ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO N°010/2013

PROCESSO Nº 01580.028545/2012-10
MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º _____/2013

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, E A EMPRESA....... PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PELÍCULAS E PERSIANAS NO ESCRITÓRIO CENTRAL DA ANCINE

A AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, autarquia federal de natureza especial, instituída pela Medida Provisória nº 2228-1, de 6 de setembro de 2001, com Escritório Central na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Avenida Graca Aranha, 35 – Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 04.884.574/0001-20, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, MANOEL RANGEL NETO, nomeado pelo Decreto de 28/05/2009, publicada no Diário Oficial da União de 29/05/2009, inscrito no CPF/MF sob o N.º 136.524.478-40, Cédula de Identidade N.º 1.552.574, expedida pela SSP/GO, residente e domiciliado nesta Cidade doravante denominada CONTRATANTE, e de outro, a empresa inscrita no CNPJ/MF sob o nº, estabelecida na cidade de localizada na, neste ato representada pelo Sr., ocupando o cargo de, portador da Cédula de Identidade no, expedida pelo, inscrito no CPF sob o no dagui por diante designado CONTRATADA, conforme o Processo Nº 01580.028545/2012-10, referente ao PREGÃO N.º 010/2013 têm, entre si, justo e avençado, e celebram o presente CONTRATO, sujeitando-se as CONTRATANTES às normas da Lei 10.520/02, Decreto 2.271/97, Lei nº 8.666/93 e demais normas que regem a espécie, bem como as cláusulas abaixo discriminadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1 O presente contrato tem por objeto o fornecimento e instalação de persianas e películas (tipo insulfilme) para a proteção dos raios solares e da emissão de calor nas janelas dos prédios do Escritório Central da ANCINE localizado à Av. Graça Aranha, nº35 (RJ) e à Rua Teixeira de Freitas, n.31, do Lapa (RJ2), no Rio de Janeiro, RJ, conforme especificações e quantidades contidas no ANEXO I Termo de Referência do Edital.
- 1.2 Fazem parte integrante do presente Contrato, independente da transcrição, a Proposta de Preços da CONTRATADA, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO № 010/2013, seus anexos e demais elementos constantes no Processo mencionado no preâmbulo deste Instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

- **2.1** Fornecimento e aplicação de película de controle solar, tipo insulfilme, na cor grafite (filme com bloqueio de raios G5), nas janelas dos Escritórios da ANCINE, a saber:
 - Quantidade: 480m² (quatrocentos e oitenta metros quadrados)



2.2 Fornecimento e instalação de persianas verticais, em lâminas de PVC, 90mm de largura, texturizada, modelo Linha decorada na cor TAURIS, ou similar, a escolher mediante apresentação de catálogo. Acionamento *standart:* comandos deslizantes em nylon reforçado para o controle do recolhimento das lâminas e corrente para o controle da luminosidade, controle de abertura e fechamento das lâminas.

CARACTERÍSTICAS	PVC
Largura da lâmina	89mm
Distância entre as lâminas abertas	70,5 a 75,5mm
Sobreposição entre lâminas	13,5 a 18,5mm
Trilho superior em alumínio: altura	25mm
Trilho superior em alumínio: profundidade	43mm
Acabamento inferior	corrente metálica em aço inox

- 2.3 O projeto de instalação deverá contemplar o fornecimento de trilhos em alumínio e recortes para o perfeito ajuste e funcionamento nas janelas quando necessário.
 - Quantidade: 240 persianas totalizando 1.320m² (hum mil trezentos e vinte metros quadrados)

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: O fornecimento de cada demanda será efetuado mediante medição das janelas pelo técnico da empresa vencedora e validação do Gestor de contrato da ANCINE.

CLÁUSULA TERCEIRA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Incumbe à CONTRATANTE:

- **3.1** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais fornecidos em desacordo com as especificações deste Edital.
- 3.2 Comunicar à CONTRATADA, qualquer irregularidade no fornecimento dos materiais.
- 3.3 Solicitar a substituição de material que apresentar defeito durante a utilização.
- 3.4 Efetuar o pagamento em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento definitivo pela área responsável condicionado à consulta prévia ao SICAF, ou mediante a apresentação da documentação obrigatória (Receita Federal, Dívida Ativa da União, FGTS e INSS) devidamente atualizadas, com resultado favorável.

CLÁUSULA QUARTA-DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Incumbe à **CONTRATADA**:

4.1 Respeitar as normas e procedimentos de controle e de acesso às dependências da **CONTRATANTE**.



- **4.2** Responder por quaisquer danos causados diretamente aos equipamentos ou a outros bens de propriedade da **CONTRATANTE**, quando esses tenham sido ocasionados por seus funcionários durante a entrega do material.
- 4.3 Fornecer os materiais dentro das especificações exigidas e constantes da proposta de preços apresentada no prazo preestabelecido e no local indicado pela CONTRATANTE.
- **4.4** Retirar, substituir e transportar, por conta própria, todo ou em parte, o objeto contratado que vier a apresentar defeito ou ser rejeitado, sem ônus para ANCINE, no prazo máximo de 48 horas, contados do recebimento da notificação que lhe será entregue.
- 4.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pela CONTRATANTE.
- **4.6** Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os bens, bem como eventual custo de frete na entrega.
- **4.7** A empresa contratada se responsabilizará pela preparação de toda a infra-estrutura necessária para a instalação das persianas;
- **4.8** Quando necessário, o serviço poderá ser realizado, por força de continuidade dos serviços, em horários noturnos e finais de semana.
- 4.9 Os serviços realizados pela empresa em horário diferenciado do comercial deverá ser formalizado com antecedência de 24 horas em documento formal da empresa contendo nome e RG dos trabalhadores.
- **4.10** Todos os materiais utilizados deverão ser novos e apresentar qualidade compatível com o serviço a que se destinam.
- **4.11** Após a conclusão total dos serviços deverão ser retirados todos os entulhos e efetuada a limpeza geral das instalações.

CLÁUSULA QUINTA DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1 Os serviços serão executados nas instalações do Escritório Central da ANCINE localizado à Av. Graça Aranha, nº35 (RJ) e à Rua Teixeira de Freitas, n.31, do Lapa (RJ2), no Rio de Janeiro, RJ;
- 5.2 A realização dos serviços será acompanhada e fiscalizada por um representante da **CONTRATANTE** especialmente designado.
- 5.3 A Fiscalização será exercida no interesse da CONTRATANTE não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade da ANCINE ou de seus agentes e prepostos (arts 69 e 70 da Lei 8.666/93).
- 5.4 A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar os materiais e/ou serviços executados, se em desacordo com os termos deste Contrato e Termo de Referência, Anexo I do Edital.



5.5 Quaisquer exigências da Fiscalização inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem ônus para a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA- DO RECEBIMENTO DO MATERIAL E LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVICOS

- 6.1 O recebimento do objeto da se dará conforme o disposto no artigo 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei nº. 8.666/93, e conforme abaixo.
- 6.2 A simples assinatura de servidor em canhoto de Fatura ou Conhecimento de Transporte implica recebimento provisório. A conclusão definitiva dos serviços adquiridos se dará apenas após a verificação da conformidade com a especificação constante do Edital e seu anexo.
- **6.3** Caso satisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recebimento Definitivo.
- 6.4 Caso insatisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recusa, no qual se consignarão desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, o objeto será rejeitado, devendo ser substituído no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado a partir da notificação emitida pela **CONTRATANTE**.
- 6.5 Caso a substituição não ocorra em 02 (dois) dias úteis, ou caso os novos serviços também sejam rejeitados, estará a **CONTRATADA** incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das penalidades cabíveis. Os custos da substituição do objeto rejeitado correrão exclusivamente à conta da **CONTRATADA**.
- 6.6 O recebimento não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** pela perfeita entrega dos serviços, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando de sua utilização.
- 6.7 A entrega dos materiais e execução dos serviços deverá ser feita nas instalações do Escritório Central da ANCINE localizado à Av. Graça Aranha, nº35 (RJ) e à Rua Teixeira de Freitas, n.31, do Lapa (RJ2), no Rio de Janeiro, RJ.
- 6.8 Todos os materiais utilizados deverão observar às prescrições do Fabricante e estar em conformidade com as Normas da ABNT;
- 6.9 Todos os materiais utilizados deverão ser novos e apresentar qualidade compatível com o serviço a que se destinam;
- **6.10** Correrão por conta da **CONTRATADA** todas as recomposições que se fizerem necessárias nos locais eventualmente afetados em decorrência da implantação dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 Os serviços deverão ser executados em até 15 (quinze) dias corridos para os serviços de fornecimento e instalação de insulfilmes e até 60 (sessenta) dias corridos para os serviços de fornecimento e instalação de persianas contados a partir da data de assinatura do contrato pela CONTRATADA.



CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS

8.1 A **CONTRATADA** deverá apresentar garantia dos materiais/serviços pelo prazo mínimo de 3 (três) anos.

CLÁUSULA NONA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

9.1	A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos materiais e serviços, o valor
	discriminado na Proposta de Preços, apresentada pela CONTRATADA, no valor
	global de R\$ (valor por extenso), incluindo
	todos os impostos, taxas e encargos, conforme especificado - será adaptado à(s)
	proposta(s) vencedora(s):

ITEM QUA		CUSTOS	
	QUANT.	UNITÁRIO	TOTAL
1 INSULFILME	480 m²		
2 PERSIANAS	1.320 m²		
VALOR TOTAL			

- 9.2 O prazo de pagamento, contado a partir do recebimento definitivo dos serviços, não será superior a 5 (cinco) dias úteis, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, em 2 (duas) vias, discriminando os bens móveis, atestada por servidor devidamente designado pela ANCINE, conforme disposto no art. 67 e 73 da Lei n.º 8.666/93;
- 9.3 A Nota-Fiscal/Fatura poderá conter código de barras para agilizar o pagamento. O valor correspondente ao código de barras deverá ser líquido, sem impostos ou deduções, devendo, no entanto, constar no corpo da Nota-Fiscal/Fatura os impostos devidos. Caso as Notas-Fiscais/Fatura emitidas tenham em seu código de barras o valor bruto, a empresa CONTRATADA deverá emitir novamente as respectivas notas seguindo as orientações acima descritas;
- 9.4 No caso de eventual atraso de pagamento, e por culpa da CONTRATANTE mediante pedido da CONTRATADA, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.



- 9.5 Os pagamentos serão creditados em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta-corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Contrato;
 - **9.5.1** Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que a **CONTRATADA** efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.
- 9.6 Os pagamentos somente poderão ser efetuados, após a comprovação da regularidade da CONTRATADA no SICAF, por meio de consulta "ON LINE" pela CONTRATANTE, ou mediante a apresentação da documentação obrigatória (RECEITA FEDERAL, DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, FGTS e INSS), devidamente atualizadas;
- 9.7 Em cumprimento ao disposto no art. 64 da Lei n.º 9.430, de 27/12/96, a CONTRATANTE reterá, na fonte, o imposto sobre a renda da Pessoa Jurídica IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a contribuição para a seguridade social COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a pessoas jurídicas que não apresentarem a cópia do Termo de Opção pelo Regime de Tributação Simplificada (SIMPLES);
- **9.8** A(s) empresa(s) deverá(ão) apresentar a Nota-Fiscal contendo o mesmo CNPJ do empenho, para efeito de pagamento;
- 9.9 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota-Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes;
- 9.10 A critério da CONTRATANTE, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA;
- **9.11** O pagamento poderá ser sustado pela **CONTRATANTE**, caso ocorra inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** ou erros e vícios na Fatura, o que implicará na devolução do valor eventualmente pago.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1 As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta do Programa de Trabalho 13.122.2107.2000.0001 Administração da Unidade, Elementos de Despesas: 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, Fonte 0100.
- **10.2** Para a cobertura das despesas foi emitida a Nota de Empenho nº _____, em _____, mo valor total de R\$reais) à conta da dotação especificada nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



- 11.1 Nos termos do artigo 67, parágrafo 1°, da Lei n° 8.666/93, a CONTRATANTE designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados:
- 11.2 A Fiscalização será exercida no interesse da CONTRATANTE e não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (arts 69 e 70 da Lei 8.666/93);
- 11.3 A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar total ou parcialmente qualquer parte deste fornecimento, se qualquer item integrante do escopo contratado estiver em desacordo com as condições do Termo de Referência;
- 11.4 A CONTRATANTE poderá exigir a substituição de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que venha causar embaraço à fiscalização ou que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1 A CONTRATADA que, convocada dentro do prazo de validade de sua Proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e de contratar com a União, e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais;
- 12.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto do certame, a CONTRATANTE aplicará, garantida a prévia defesa, CONTRATADA, as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:
 - **12.2.1 Advertência** por escrito nos casos de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
 - 12.2.2 Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, observada a prorrogação do prazo, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no subitem 12.1 deste Contrato:
 - 12.2.3 Multa de mora no percentual de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias;
 - 12.2.4 Multa de mora no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do Contrato;



- 12.2.5 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do inciso III do art.87 da Lei 8666/93:
- **12.2.6 Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº. 8.666/93.
- 12.3 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais;
- **12.4** A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação das multas, facultada a defesa prévia da **CONTRATADA**, no respectivo processo no prazo de 5 (cinco) dias úteis:
- **12.5** A multa, aplicada após regular Processo Administrativo será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
- **12.6** Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso na entrega dos produtos advir de caso fortuito ou motivo de força maior;
- 12.7 Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito;
- **12.8** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;
- 12.9 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à CONTRATADA o contraditório e ampla defesa;
- **12.10** A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso for devidamente justificado pela **CONTRATADA** e aceito pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

- **13.1** A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.
- **13.2** Constituem motivo para rescisão deste Contrato:
 - a) o não cumprimento de Cláusulas Contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos;
 - **b)** o cumprimento irregular de Cláusulas Contratuais, do Termo de Referência, especificações e prazos;
 - c) a lentidão no cumprimento das Cláusulas Contratuais, levando a CONTRATANTE, a presumir a impossibilidade da realização do serviço, nos prazos estipulados;
 - d) o atraso injustificado no início do serviço;
 - e) a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação a



CONTRATANTE:

- f) a subcontratação total ou parcial do objeto do Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação que afetem a boa execução deste, sem prévio conhecimento e autorização da CONTRATANTE;
- **g)** o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução assim como as de seus superiores;
- h) o cometimento reiterado de faltas registradas pela CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;
- i) a decretação de falência, ou instauração de insolvência civil;
- i) a dissolução da firma CONTRATADA;
- k) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
- razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da CONTRATANTE, e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
- m) a supressão do serviço, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo 1º do art. 65, da Lei n.º 8.666/93, respeitando o disposto no parágrafo 2º desse artigo;
- n) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte dias), salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- o) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes de serviço, ou parcela deste, já executados e aceitos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- **p)** a não liberação, por parte da **CONTRATANTE** de área ou local para a prestação do serviço, nos prazos contratuais;
- q) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
- r) a rescisão do Contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nas alíneas "a" a "I" e "q" desta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

14.1 Nos termos do Anexo V da Instrução Normativa STLI/MPOG nº 2, de 30/04/2008, e da Instrução Normativa STLI/MPOG nº1, de 19/01/2010, a CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços tais como:



- a) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas;
- **b)** Substituir, sempre que possível, as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- **c)** Usar produtos de limpeza que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.
- 14.2 Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das substâncias que destroem a camada de ozônio SDO, abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA

15.1 O presente Contrato terá vigência de **4 (quatro) meses**, a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- No interesse da CONTRATANTE, o valor da Contratação decorrente deste Contrato poderá ser acrescido ou reduzido em até 25% (vinte e cinco por cento), com o aumento ou supressão na prestação dos serviços, sem que disso resulte para a CONTRATADA direito a qualquer reclamação ou indenização, conforme disposto no art.65, §1º da Lei 8666/93.
- 16.2 As supressões resultantes de acordo celebrado entre os CONTRATANTES poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste Instrumento de Contrato, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1 Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro, na Cidade do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Instrumento, renunciando as partes qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente Contrato, em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, o qual, depois de lido, é assinado pelas partes **CONTRATANTES** e pelas testemunhas, abaixo nomeadas.

Rio de Janeiro,	, de	d	le 2	201	13	3
-----------------	------	---	------	-----	----	---



CONTRATANTE: Agência Nacional do Cinema - ANCINE

Manoel Rangel Diretor-Presidente

CONTRATADA: Licitante Vencedora

TESTEMUNHAS:	Assinatura Licitante Vencedora
C.Ident. CFP	
C.Ident. CFP	